

DISCURSO

DESEMBARGADOR JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES – POSSE COMO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

29 de junho de 2012

“Caem as horas em nós que as impregnamos do que a mente imagina e a alma arquiteta. O sonho se transcende, é toda a vida, toda a vida em si mesma; tão presente, tão essência de tudo o que mais somos, que o ato de viver é simples diálogo entre o instante que chega, puro sopro, e o que dentro de nós é eternidade.”

Com esses versos do admirável mineiro Emílio Moura, começo esta manifestação, que precisa ser breve, mas tem a pretensão de lançar sementes e renovar o entusiasmo para a nova jornada que se inicia.

Emílio Moura optou pela primeira pessoa do plural. Não há dúvida de que o “melhor” é resultado do sonho compartilhado, do empenho de todos. Isso é válido para todas as organizações, incluindo a instituição judiciária.

Sendo assim, a força das minhas palavras será proporcional ao engajamento de todos os Senhores e Senhoras que me ouvem neste momento e dos que não puderam estar presentes, solo fértil para uma Justiça

frondosa e frutífera. Juntos, podemos iniciar uma nova era de realizações, ancorados nos alicerces dos que nos antecederam, com atenção aos clamores sociais e aos mais altos ideais de justiça e paz social.

Esqueçam as visões pessimistas, o viés dado por aqueles que não creem. Estou aqui para falar de esperança, que, segundo Aristóteles, “é o sonho do homem acordado”. Nada de ruminar ou se deixar paralisar pelos obstáculos – devemos aprender com eles e seguir em frente, com metas e objetivos definidos, convictos de que o “melhor há de se instalar em nossa vida”.

Parafraseando o meu amigo Ministro Sepúlveda Pertence, sou um “profissional da esperança”. Quero contagiar e me deixar contagiar por ideias e projetos inovadores. Mais que isso: estou disposto a agir de forma corajosa e determinada, a apoiar iniciativas e ações que visem ao aperfeiçoamento da Justiça e dos serviços prestados à comunidade.

A esperança, bem como a fé e a caridade, é uma “virtude teologal”. Está relacionada ao impulso básico da vida, à mola que move o ser humano, levando-o a transcender o presente em direção ao futuro.

Temos motivos para cultivar o otimismo numa era de universalização dos direitos humanos – o problema de uma pessoa distante geograficamente pode se transformar em debate no mundo inteiro. Com o aperfeiçoamento da tecnologia da informação e, especialmente, a democratização da produção de notícias, temas das diversas culturas são disseminados instantaneamente. Dessa forma, a opinião dos meios de comunicação oficiais ou institucionalizados passou a ser uma das versões dos fatos e não a versão exclusiva.

Cada vez mais, avança a noção do direito. Se existem garantias legais, o momento agora é de buscar a sua efetivação. Por isso, as pessoas têm lutado para ter seu direito reconhecido, dando nova dimensão e importância ao Poder Judiciário.

Isso explica o volume crescente das ações judiciais. As estatísticas demonstram aumento de produtividade dos Magistrados. Ainda assim, em 2000, o acervo girava em torno de um milhão e quinhentos mil processos – esse montante mais que triplicou nos últimos anos, passando a mais de 5 milhões.

Como já tive oportunidade de afirmar em outras ocasiões, os números, lançados assim friamente, não dão conta da complexidade e especificidade da prestação jurisdicional, bem como das questões estruturais de 1ª e 2ª Instâncias. Historicamente, há desafios a serem enfrentados relacionados à integração das duas Instâncias.

Saltam aos nossos olhos questões como a tendência à jurisdicionalização dos conflitos, diante da falta de outras opções para o cidadão resolver os seus problemas.

Muitas querelas poderiam ser solucionadas pela via administrativa. No entanto, o que se percebe é um grande volume de ações com questionamentos idênticos, mesmo diante de reiteradas decisões em processos similares.

As estatísticas demonstram uma sobrecarga de trabalho? É claro que sim. Mas, sejamos otimistas. Isso também significa maior consciência de cidadania e fortalecimento do Judiciário. Representam esperança em um mundo melhor.

E para ter esperança, a outra virtude - a fé -, também, é essencial. É preciso confiar, primeiramente, em Deus, nessa força extraordinária que a todos e tudo conduz no percurso rumo ao progresso e à evolução da humanidade. Depois, confiar nos pares, naqueles que estão à nossa volta, e em toda a humanidade, nos bons propósitos, na força das boas ações.

Apesar das notícias negativas e catastróficas, a força do bem há de imperar. Para Santo Agostinho, “a fé e a razão caminham juntas, mas a fé vai mais longe”. Estou convicto de que ela pode nos levar a lugares há muito almejados, desde que o sentimento da fé esteja associado à luta árdua, ao nosso compromisso de fazer a nossa parte.

Ótimas ideias poderiam ter sido descartadas se não estivessem envolvidas pelo espírito da fé! Somente para citar alguns exemplos, a descrença poderia ter impedido o nascimento do Programa Novos Rumos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Dessa forma, iniciativas como as APACs – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – e o Pai-PJ – Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental – não teriam hoje tamanho vigor. Ambos são exemplos de fé no ser humano, no poder de superação.

Essa mesma fé é inerente àqueles que são adeptos da Conciliação, da Justiça Restaurativa e de outras frentes que buscam o acordo e a promoção da paz social. São provas de confiança na capacidade que as pessoas têm de encontrar saídas para suas desavenças, de forma responsável e com mais autonomia.

É dessa fé que se alimentam cada Magistrado e Servidor que desenvolvem seu trabalho com a certeza de que podem ajudar a construir uma sociedade mais harmônica e feliz. E, fazendo a sua parte, creem no potencial transformador de seus atos, gestos e sentimentos.

Recomenda o poeta: “Ponha fé na vida, ponha os pés no chão”. Com os pés no chão, teremos o olhar para a terceira virtude - a caridade -, cujo preceito fundamental é “amar ao próximo como a si mesmo”.

Com os pés no chão, o olhar, o ouvido e, principalmente, o coração abertos, é que se pode desenvolver a atitude de quem quer o bem do outro e se comporta de forma generosa para com ele.

Muitos acreditam que a caridade é capaz de reduzir a violência em todas as suas formas, envolvendo o emprego da força física ou intimidação moral, exercício injusto ou discricionário, cerceamento da justiça e do direito, coação, opressão ou tirania.

O exercício da caridade é fundamental. Alicerçadas pelo amor ao semelhante, a vida e a atuação profissional podem ter novos significados, com ganhos para toda a coletividade.

Depois de falar de esperança, fé e caridade, gostaria de abordar outras três palavras-chave: diálogo, trabalho e, finalmente - ou especialmente -, justiça, que é a essência da nossa missão de servir ao público.

O Professor Clóvis de Barros Filho lembra que o diálogo “permite notar a pluralidade de pontos de vista e perspectivas do mundo”. Sendo assim, é fundamental para a percepção do outro.

Assim, haverá disposição para a escuta, para a conversa franca e aberta. É claro que, como Presidente, terei que decidir depois de “levar em conta” e maturar as diversas manifestações. Essa decisão implica ter que escolher esta ou aquela maneira de fazer, o que requer um voto de confiança ou a compreensão de todos os envolvidos, especialmente daqueles que mantinham posição diferente da que foi escolhida.

Não há dúvida de que sairemos mais fortes e engrandecidos a cada divergência e, com a graça de Deus, colheremos, juntos, os resultados. Se for necessário, haveremos de corrigir rumos em prol da instituição judiciária e da prestação de serviço à sociedade.

Esperança, fé, caridade e diálogo são pré-requisitos – é no trabalho que as boas ideias e intenções são colocadas em prática, promovendo mudanças, edificando obras tangíveis, disponibilizando serviços, que sejam, de preferência, valiosos, úteis e acessíveis. Sujeitos a comentários, a reconstruções ou aprimoramentos, mas que cumpram uma função social.

Estou disposto a trabalhar muito, sem tréguas, não por vaidade, mas pela convicção profunda da necessidade de aprimoramento constante da Justiça, tão essencial à Democracia. Conto com cada um dos Magistrados, Servidores, Profissionais do Direito, Líderes do Executivo e Legislativo, para que o Judiciário possa cumprir o seu papel de promoção da paz social.

A justiça é o sonho que nos alimenta, a causa por que lutamos, a nossa bandeira. É difícil falar em justiça em um cenário de tantas desigualdades sociais, quando faltam

oportunidades para muitos. De certa forma, podemos nos considerar “privilegiados”, e isso aumenta nossa responsabilidade em relação àqueles que se encontram em situação mais vulnerável.

Nas grandes cidades, as diferenças estão escancaradas, convivem lado a lado e, frequentemente, são tratadas com naturalidade. Há muitos desprovidos de condições materiais mínimas de sobrevivência. Essa carência, muitas vezes, é mais abrangente, envolvendo deficiência de condições emocionais e sociais, falta de vínculos familiares e comunitários.

O escritor moçambicano Mia Couto, ao nos falar sobre a África, traz ensinamentos universais. Diz ele:

*“Em algumas línguas de Moçambique (que são mais de 25) não existe a palavra ‘pobre’. Um pobre é designado como sendo **chisiwana**, expressão que quer dizer órfão. Nessas culturas, o pobre não é apenas o que não tem bens, mas é sobretudo o que perdeu a rede das relações familiares que, na sociedade rural, serve de apoio à sobrevivência. O indivíduo é pobre quando não tem parentes. A pobreza é a solidão, a ruptura com a família.”*

Realmente, a gente percebe uma grande solidão, que vai além da perda dos vínculos familiares, mas também provém da esgarçada dos laços comunitários, em um quadro de competição e individualismo. Situações como essas, de fato, tornam as pessoas e toda a sociedade mais empobrecidas. Porém, é nesse contexto que os gritos pela justiça são mais contundentes e, portanto, a atuação do magistrado é mais requisitada.

Em outra ocasião, já mencionei o pensador e juiz Denis Salas, integrante dos quadros da Escola Nacional de Magistratura francesa, que tem uma visão muito precisa da posição do juiz contemporâneo:

“O fato essencial, diz ele, é que hoje o olhar do público se volta novamente para o juiz, que recobra a face humana da lei que ele teve um dia. Esse olhar da sociedade tem um valor instituinte para ele. (...) é o que o legitima e o que define as contas que ele (o juiz) deve prestar ao público (...). A responsabilidade que lhe cabe é infinitamente mais profunda e mais ampla do que a simples sanção de faltas profissionais. À responsabilidade como sanção agrega-se uma “responsabilidade-ação”, isto é, uma ética que anima a função de julgar, resumindo, uma responsabilidade que tem a medida do novo lugar que a justiça ocupa na democracia.”

A instituição judiciária, mais que nunca, está em alta, favorecida pelos bons ares democráticos e da ampliação da consciência de cidadania. A justiça, enquanto virtude ou valor, é sempre um ideal da humanidade. Uma vez que a perfeição é divina, cabe ao ser humano caminhar para atingir esse lugar ou essa utopia.

A justiça é nobre e nos orgulhamos de servir a essa causa grandiosa.

Quando tomei posse como Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, falei sobre a minha neta, Maria Júlia, hoje com seis anos. Volto a fazê-lo – citando também a Maria Clara, a neta que está chegando -, como uma forma de fazer alusão a todos filhos e netos, ao amor pela família e pela

humanidade, que nos impulsiona a fazer o melhor no presente para garantir um futuro promissor.

Aqui, mais uma vez, está presente a minha família: minha mulher, meus filhos, noras, minha neta, minhas irmãs e parentes. Todos me são extremamente caros e fazem parte da minha história de vida e do meu esforço de realização. Agradeço a todos e a cada um.

Outros entes queridos já não estão entre nós. Porém, os antepassados também nos guiam, com as lições que nos levam a querer preservar um nome, uma história, uma tradição de ética e inteireza. Não poderia deixar de falar do meu Pai, Octávio de Paula Rodrigues, advogado por 59 anos, e da minha doce Mãe, Maria Martins Rodrigues, exemplos de honestidade e bondade.

Também se encontra reunida nesta solenidade outra família, da qual faço parte, integrada por Magistrados, Servidores, Membros do Ministério Público, da Advocacia e da Defensoria Pública, envolvidos com a promoção da Justiça.

A família se ramifica nos representantes do Executivo e do Legislativo, também homens públicos dedicados a servir à comunidade. E vai mais além, no conceito de Pátria, até chegar ao sentimento de cidadão do mundo sem fronteiras, onde o bem-estar de cada ser humano diz respeito a todos os seus semelhantes. Como dizia o líder Martin Luther King, “o que afeta diretamente uma pessoa, afeta a todos indiretamente”.

Quero agradecer a todos que vieram compartilhar comigo este momento de festividade, mas, também, de

estabelecimento de um novo pacto, de um compromisso com o Judiciário e com a sociedade de Minas Gerais.

Assumo a responsabilidade de levar adiante iniciativas dos líderes que me antecederam, visando ao fortalecimento da Justiça. Novos projetos serão implementados com o mesmo propósito de aprimoramento da prestação jurisdicional.

Neste momento, gostaria de falar, especialmente, do Presidente Cláudio Costa, um grande amigo e parceiro, filho do saudoso Presidente Hélio Costa, ex-Juiz da minha querida Abre Campo, fonte de ensinamentos que devem sempre ser lembrados. - Prezado Amigo Cláudio, obrigado por estes anos de compartilhamento, que tanto me engrandeceram pessoal e profissionalmente. Cumprimento ainda Vossa Excelência pela gestão voltada para o aprimoramento e ampliação da estrutura de atendimento, com instalação de novas varas judiciais e outras iniciativas visando agilizar a Justiça, em benefício da sociedade.

Não poderia deixar de falar ainda dos três oradores desta solenidade: o Desembargador Kildare Gonçalves Carvalho, um magistrado brilhante; o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-Seção Minas Gerais, Luís Cláudio Chaves, na pessoa de quem cumprimento todos os Advogados; o Procurador-Geral de Justiça, Alceu José Torres Marques, na pessoa de quem cumprimento todos os Membros do Ministério Público Federal e Estadual.

A esses dedicados líderes da Justiça, agradeço pelas palavras de estímulo e pela reafirmação da parceria, essencial a esta e a todas as gestões. O sucesso da administração advém da soma de esforços em prol daqueles que são beneficiários de nossas ações: o cidadão.

(Agradecimentos)

“O que me move é a vocação divina da palavra, que não apenas nomeia, mas que inventa e produz encantamento.”

Essa frase é do hábil escritor Mia Couto, já citado. Aproprio-me dela apenas para proclamar a expectativa de que as minhas palavras possam ecoar na mente e coração de todos, reunindo a força de muitas mãos para o engrandecimento do Judiciário. E esse aprimoramento pode ser traduzido em outras palavras, como celeridade, simplificação, proximidade, conciliação, acessibilidade, desburocratização, eficácia.

Não me faltam esperança e entusiasmo, como um Servidor fiel à Justiça, à Sociedade e, em primeiro lugar, a Deus. Tenho fé na capacidade e boa vontade de cada Magistrado, Servidor e Parceiros do Judiciário de Minas.

Os novos capítulos desta história pertencem a todos, a cada um de nós e terá a medida do nosso amor e dedicação.

“Além da Terra, além do Céu, no trampolim do sem-fim das estrelas, no rastro dos astros, na magnólia das nebulosas. Além, muito além do sistema solar, até onde alcançam o pensamento e o coração, vamos! vamos conjugar o verbo fundamental essencial, o verbo transcendente, acima das gramáticas e do medo e da moeda e da política, o verbo sempreamar, o verbo pluriamar, razão de ser e de viver.”

Que esses versos de Drummond, grande orgulho dos mineiros, possam nos inspirar. Que todos nos impliquemos, amorosamente, no processo de bons propósitos e boas ações em favor da Justiça.

Muito obrigado!